



Manifesto por uma Antropologia Vegana: fundação de uma ciência social interespecies contra o especismo estrutural

Annibal Gouvêa Franco¹; Ronaldo Guimarães Gouvêa²

Como Citar:

FRANCO, Annibal Gouvêa; GOUVÊA, Ronaldo Guimarães. Manifesto por uma Antropologia Vegana: fundação de uma ciência social interespecies contra o especismo estrutural. Revista Sociedade Científica, vol. 8, n. 1, p. 2534-2539, 2025. <https://doi.org/10.61411/rsc2025116718>

DOI: 10.61411/rsc2025116718

Área do conhecimento:

Antropologia

Sub-área:

Teoria Antropológica

Palavras-chave:

Antropologia do Veganismo; Antropologia Interespecies; Antropologia Vegana; Especismo Estrutural; Ética Animal.

Publicado: 26 de novembro de 2025.

Abstract

This manifesto establishes Vegan Anthropology as a subfield of Sociocultural Anthropology, distinct from the anthropology of veganism (which studies veganism as an empirical object). Vegan Anthropology is proposed as an interspecies social science grounded in anti-speciesist ethics and the principle of non-exploitation of animals. It treats animals as subjects of moral concern and analyzes how institutions, practices, and discourses produce or deactivate animal objectification. Ethnography is explicitly situated within this ethical framework and operates under public rules and data traceability, enabling independent audit and procedural replicability. The article outlines four operational ethical foundations; proposes norms of governance for alliances with other struggles, insisting on solidarity without erasing animal centrality; and maps three planes in which practice is spatialized: everyday life, intentional collective action, and digital territorialities. Structural speciesism is approached as a colonial continuity in the Plantationocene, organizing labor, space, legitimacy, and moral distance by rendering animal life as commodity. The proposal is offered as a starting point for the consolidation of the field as a teachable, researchable, and accountable practice. Vegan Anthropology marks a disciplinary refusal: animals are no longer analyzable as resources.

1. Introdução

A Antropologia acumulou descrições precisas do mundo social, mas frequentemente operou sob um horizonte antropocêntrico tácito. Propõe-se outro ponto de partida. A Antropologia Vegana é definida como subcampo normativo-descritivo e de orientação interespecies que, por meio de mediações humanas, método etnográfico antiespecista (orientação biocêntrica) e indicadores auditáveis (critérios públicos,

¹Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil. Email: annibal@educacao.mg.gov.br

²Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil. Email: ronaldo@ufmg.br



rastreabilidade dos dados e replicabilidade do procedimento), descreve e desativa a “coisificação animal” no cotidiano, nas ações intencionais e nas territorialidades digitais. Toma-se o veganismo como método para reordenar problemas clássicos da disciplina e para evidenciar como dispositivos humanos fabricam vidas exploráveis e justificam culturalmente essa transformação. Defende-se o deslocamento do humano do centro para o lado, sem negar a mediação humana, mas tornando-a explícita como condição de possibilidade do conhecimento, visando à descrição horizontal das relações interespecies. A mudança de gramática apoia-se na leitura do veganismo como sistema simbólico e identidade, com efeitos sobre pertencimento, distinção e fronteiras morais [1.], e como reorganização espacial e disputa de narrativas no cotidiano, nas ações intencionais e nas territorialidades digitais [2.].

2. Metodologia

Manifesto programático baseado em revisão narrativa focalizada, análise comparativa e mapeamento conceitual. A base teórica apoia-se em dois artigos que estruturam a proposta, um sobre dimensões culturais e identitárias [1.], e outro sobre ética animal e espacialidade [2.], além de dois textos de abordagens concorrentes [3.] [4.] selecionados por pertinência, centralidade e auditabilidade. Declara-se posicionalidade pelo princípio de não exploração animal.

3. Desenvolvimento e discussão

Antropologia Vegana é subcampo que articula ética antiespecista, antropologia interespecies e etnografia interpretativa, tomando mediações humanas como via empírica para um objeto relacional formado por humanos, animais, infraestruturas e ambiente. O foco recai sobre pessoas, instituições e dispositivos que produzem ou desativam a “coisificação animal”; animais são tratados como sujeitos de interesse moral, com condições evidenciadas por efeitos observáveis, registros públicos e



decisões institucionais. A tarefa analítica é explicitar as articulações e reclassificar o comestível e o utilizável, em consonância com a leitura cultural-identitária do veganismo e sua espacialização em planos de prática [1.] [2.].

Distingue-se, assim, Antropologia Vegana como subcampo programático em que o princípio de não exploração animal orienta problemas, métodos e interpretações em múltiplos domínios sociais, em contraste com a antropologia do veganismo, entendida como subcampo temático dedicado à descrição do veganismo, por vezes especista, como objeto empírico delimitado. Os fundamentos éticos operacionais são quatro e orientam escolhas de campo, análise e recomendações: justiça para seres sencientes, que estabelece o critério mínimo de proteção e exige protocolos não invasivos e atenção a indicadores públicos que evidenciem efeitos nas vidas não humanas, inclusive em políticas públicas e regulatórias [2.]; recusa da exploração, que define o enquadramento abolicionista e distingue-se de soluções mitigadoras que preservam a mercadoria animal, investigando como práticas e discursos reproduzem ou desativam a “reificação animal” em distintos contextos [2.]; interdependência ecológica, que requer descrever cadeias materiais e normativas conectando terra, ração, medicamentos, confinamento, abate, logística e mesa, incorporando impactos sobre clima, água, solo, trabalho e regulação como parte constitutiva do objeto e não apenas como contexto [2.]; e moralização do consumo e do *habitus*, que recoloca a comensalidade e usabilidade como campo de conflito simbólico no qual distinções, hospitalidades e hostilidades reclassificam o utilizável e redefinem pertencimentos e fronteiras da moralidade [1.] [2.].

A prática vegana espacializa-se em três frentes articuladas: no cotidiano, o espaço vivido é reconfigurado por rotas e escolhas de socialização, consumo, cozinha e comensalidade, com substituições e evitamentos antiespecistas que performam identidade, explicitam normas antes tácitas e redefinem pertencimentos morais; em ações intencionais, instauram-se zonas de contestação que suspendem a norma especista



e produzem contranarrativas e contracartografias no espaço urbano e institucional, por meio de vigílias, ocupações, performances, cozinhas públicas e educação antiespecista (com intervenções curriculares, oficinas, extensão e formação profissional que promovem justiça interespécies e deixam traços verificáveis em documentos e protocolos mediante substituições lexicais e vedação explícita ao uso de animais); por fim, nas territorialidades digitais, campanhas, cartografias colaborativas e mudanças lexicais convertem “linguagem de coisa” em “linguagem de alguém”, coordenando ações em rede e reconfigurando tanto territórios online quanto espaços vividos, com efeitos mensuráveis na circulação de enquadramentos abolicionistas e na mobilização online e offline [2.].

No veganismo, interseccionalidade e parcerias são possíveis desde que se preserve a centralidade animal do veganismo e não haja subordinação a pautas exclusivamente humanas; tal horizonte demanda independência de diagnóstico, de decisão e de veto. Neste manifesto, estabelecem-se critérios públicos e salvaguardas de governança, com os seguintes parâmetros: compatibilidade normativa; objetivo explícito de abolir a exploração animal; vedação à captura de agenda; prevenção da diluição do horizonte abolicionista; e atenção a práticas de *greenwashing* e *veganwashing*. Sob esses parâmetros, contracartografias e heterotopias de resistência podem ser produzidas, online e offline, de forma autônoma ou em coalizão com outros movimentos, sem deslocar o foco abolicionista [2.].

No horizonte adotado, o veganismo pode ser definido, em síntese, como movimento sociocultural-identitário, ético-político e espacial que enfrenta o especismo estrutural e as continuidades do Plantationoceno; reorganiza práticas, sociabilidades, afetos e territórios; vai além do consumo, operando a moralização do *habitus* e a reconfiguração de espaços de convivência [2.]. Reconhece-se, entretanto, leituras que reduzem o veganismo a consumo eurocêntrico ou a “importação colonial”, destacando cooptações de mercado e campanhas controversas [3.] [4.]. Tomadas para além desse



recorte como diagnóstico do campo, tornam-se generalizantes, carecem de demonstração empírica abrangente e desconsideram práticas veganas coerentes que reordenam espaço, linguagem e governança ética.

Do ponto de vista normativo adotado neste manifesto, reforça-se a preservação da centralidade animal do veganismo; críticas são bem-vindas quando dialogam coerentemente com sua ética e quando apresentam efeitos espaciais verificáveis no cotidiano, em ações intencionais e nas territorialidades digitais. Quanto ao objeto da Antropologia Vegana, propõe-se não confundir a análise abolicionista com estudos de autodeclarações inconsistentes; o foco empírico recai sobre práticas e dispositivos que desativam a “objetificação animal” e reterritorializam rotinas, instituições e léxicos.

O trabalho de campo incide sobre articulações humanas e sua documentação pública; a leitura é conduzida em chave antiespecista e o objeto analítico é relacional, envolvendo humanos, animais, infraestruturas e ambiente. A observação incide sobre comunidades, tratadores, trabalhadores, gestores, consumidores, ativistas e profissionais implicados na regulação, na execução ou na contestação da exploração animal. A coleta privilegia protocolos não invasivos, como séries documentais e traçados de cadeia de suprimentos (normas, compras, logística, rotulagem), com transparência sobre limites, escolhas e vieses. A comparação é situada e evita romantizações; alinha-se à compreensão do veganismo como fenômeno cultural-identitário [1.] e como reorganização social, espacial e disputa de narrativas em múltiplas escalas [2.].

4. **Considerações finais**

Este manifesto declara a Antropologia Vegana subcampo da Antropologia Sociocultural, transversal às tradições da Antropologia Cultural e da Antropologia Social, e defende sua oficialização. O subcampo pauta-se por ética antiespecista e ancora-se em prática etnográfica e interpretativa conduzida nessa chave. A proposta permanece aberta a testes, réplicas e críticas. O compromisso é público, científico e acadêmico. Toma-se a fundação como ponto de partida e conclama-se a consolidar,



ensinar, pesquisar e praticar o campo com rigor metodológico, transparência e responsabilidade interespecies. A Antropologia Vegana marca uma recusa disciplinar: os animais não são mais analisáveis como recursos.

5. Declaração de direitos

Os autores declaram ser detentores dos direitos autorais da presente obra, que o artigo não foi publicado anteriormente e que não está sendo avaliado por outra revista científica. Declaram que os textos publicados são de responsabilidade dos autores e não possuem direitos autorais reservados a terceiros. Textos de terceiros são devidamente citados ou devidamente autorizados com concessão de direitos para publicação quando necessário. Declaram respeitar os direitos de terceiros e de instituições públicas e privadas. Declaram não cometer plágio ou autoplágio, não ter considerado/gerado conteúdos falsos e que a obra é original e de responsabilidade dos autores.

6. Referências

1. FRANCO, Annibal Gouvêa; BATISTA, Melissa Marcílio. O Veganismo como Fenômeno Cultural e Identitário: Uma Perspectiva Antropológica. ARACÊ, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 12478–12495, 2025. DOI: <https://doi.org/10.56238/arev7n3-136>.
2. FRANCO, Annibal Gouvêa. O que é Veganismo? Resistência Sociocultural Ao Especismo Estrutural e Reconfiguração Espacial. ARACÊ, [S. l.], v. 7, n. 9, p. e8166, 2025. DOI: <https://doi.org/10.56238/arev7n9-183>.
3. DE SOUZA, Akuenda Translêsbicha Buarque. Ensaio Contra o Veganismo: Por uma Criatividade Política Anticolonial e Anticivilizatória. Revista Caboré, v. 1, n. 4, p. 40-53, 2021. Disponível em: <https://www.journals.ufrpe.br/index.php/revistacabore/article/view/4371>. Acesso em: 25 out. 2025.
4. DAVIDSON, Martina. Veganismo Enquanto Importação Colonial: Um Fenômeno de Consumo do Capitalismo. Revista Estudos Libertários, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 30-60, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/estudoslibertarios/article/view/46958>. Acesso em: 25 out. 2025.